

ACADÊMICO: NIUSEBERDOS SANTOS SILVA

ORIENTADOR: JOSEMAR SIMBALISTA

TEMA: TERMO DE AJUSTE DE CONDOTA

RESUMO

A presente pesquisa aborda uma análise sobre o papel do Estado para ilidir os conflitos entre o capital e o trabalho, com o objetivo de manter o Sistema Econômico, Político e Social em harmonia, e assim garantir o atual Estado Democrático de Direito, e, por consequência a soberania nacional, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa privada. Este estudo demonstra que o equilíbrio nas relações entre trabalhador e empregador se dá pela atuação, emanada da Administração Pública, com supremacia do interesse público sobre o direito social, coletivo e partícula. O Estado tem como principal elemento auxiliar, a fiscalização do trabalho que é revestida do “poder de polícia”, sendo tal atividade realizada pelos Auditores-Fiscais do Trabalho em conjunto com a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Verifica-se também que através do Termo de Ajuste de Condução, pode-se corrigir os casos de maior vulto e assim o poder fiscalizatório é realizado de maneira preventiva. Da mesma forma o poder fiscalizatório atua com sistema de “frenagem” o que coíbe a ocorrência de abusos advindos da relação empregador/empregado, vez ser este parte hipossuficiente na relação. Destaca-se assim que a finalidade do Estado ao exercer a fiscalização trabalhista não quer só constatar e punir o descumprimento, objetiva fazer cumprir as leis de proteção ao trabalho e pleno emprego, equilibrando e ordenando a relação laboral, como resultado da regularização.

Palavras-chave: Direito do Trabalho; Equilíbrio nas Relações do Trabalho; Fiscalização.